



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001498-46.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **CESAR HENRIQUE DALL ANTONIA**
 Requerido: **Banco Bradesco Financiamento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de **AÇÃO CAUTELAR EXIBITÓRIA**, promovida por **CESAR HENRIQUE DALL ANTONIA** contra o **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A**. Alega o requerente não haver recebido cópia do contrato de financiamento de seu veículo celebrado junto ao banco requerido. Pede a procedência da ação, condenando-se a instituição ré na exibição do documento sonogado. A inicial foi instruída com os documentos de fls. 10/16.

Citado, o requerido apresentou contestação (fls. 30/32) e exibiu o contrato nos autos (fls. 40/45). Nega que o autor tenha realizado requerimento administrativo. Sustenta ter fornecido cópia do documento por ocasião da contratação. Requer a improcedência da ação, sem a condenação de honorários advocatícios de sucumbência, pelo fato de não haver oferecido resistência ao pedido. Documentos às fls. 33/50.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O feito encontra-se devidamente instruído e apto ao julgamento, consoante disposto no art. 330, I, do CPC. A questão é exclusivamente de direito e a prova documental juntada aos autos suficiente para a solução da lide.

Com efeito, a informação adequada e clara sobre os serviços prestados constitui direito básico do consumidor (artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor). Disso decorre que tem ele o direito de obter as informações necessárias sobre suas transações bancárias, seus empréstimos e contratos, ainda que já as tenha obtido anteriormente.

Por isso, as instituições financeiras são obrigadas a guardar e a enviar, sempre que solicitado, todos os documentos de que necessita o correntista para verificar a situação de suas operações, excluídas as hipóteses de abuso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

“EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - Contrato bancário (empréstimo pessoal) - Apresentação pelo banco - Instituição financeira possui obrigação de guardá-los, deve apresentá-los - Decisão mantida” (TJSP, Apelação n. 0011413-07.2010.8.26.0019, Rel. Des. Sebastião Junqueira, d.j. 09.05.2011).

Sequer a inexistência de pedido na esfera administrativa seria óbice ao ajuizamento desta demanda, considerando que o inciso XXXV, do art. 5º, da CF, não condiciona o acesso ao Judiciário ao esgotamento das vias administrativas.

Os documentos de fls. 12/16 comprovam que o requerente formulou pedido administrativo de cópia do contrato de financiamento. O requerimento foi comprovado através da juntada de AR, o que faz presumir que houve negativa de fornecimento, pelo banco, na esfera administrativa.

Segundo os termos do art. 355, do CPC "O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder", dispondo o art. 844, do CPC, sobre o procedimento preparatório, relativo a exibição judicial.

Com a exibição do documento pretendido pelo requerente (fls. 40/45), conclui-se que houve verdadeiro reconhecimento da procedência do pedido, na forma do art. 269, II, do CPC.

A pretensão deduzida na inicial foi satisfeita, entretanto, como não houve resistência à pretensão do requerente, não há que se falar em condenação em honorários advocatícios.

Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o qual dispõe que "em ações cautelares de exibição de documentos, só haverá condenação em honorários advocatícios quando caracterizada a resistência à exibição dos documentos pleiteados (AgRg no Ag 1.422.970/SC, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 08.10.12; AgRg no REsp 934.260/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 13.04.12; AgRg no AREsp 127.592/SC, Rel. Min. Antônio Carlos Ferreira, DJe 20.03.12; REsp 889.422/RS, Rel. Min. Denise Arruda, DJe 06.11.08)."

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, cuja pretensão foi satisfeita espontaneamente pelo requerido.

À falta de resistência, conforme acima exposto, descabe a fixação de honorários advocatícios. Custas e despesas processuais pelo banco requerido, visto que o autor foi obrigado à presente demanda para obter o que pretendia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P.R.I.C

São Carlos, 01 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**